

## FAMÍLIAS NEGRAS BRASILEIRAS NO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.<sup>1</sup>

Alessandro de Moura, Or. Andreas Hofbauer, Co. Giovanni Antônio Pinto Alves - Sociologia - Ciências Sociais - Departamento de Sociologia e Antropologia - Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília. [alessandromoura@marilia.unesp.br](mailto:alessandromoura@marilia.unesp.br), [andreas.hofbauer@uol.com.br](mailto:andreas.hofbauer@uol.com.br), [giovanni.Alves@uol.com.br](mailto:giovanni.Alves@uol.com.br).

**Introdução:** O sistema produtivo capitalista desde sua fase inicial não deixou de evoluir. Começou assimilando as ferramentas dos manufatureiros e as transformou em meios privados de produção, transformou-as em máquinas, expropriou o trabalhador de suas técnicas e ferramentas, assim limitou o homem na esfera de produção e o colocou sob o domínio da máquina e por fim o capitalista concentrou para si os meios de produção. Na fase mais desenvolvida do sistema capitalista ele se universalizou.

A globalização econômica assume formas variadas em cada Estado Nacional, principalmente nos países de desenvolvimento hipertardil. Como parte da nova fase de desenvolvimento e acumulação, o sistema capitalista flexibiliza-se e desenvolve novas formas e técnicas de produção visando novos padrões de acumulação, desenvolve-se assim inovações como a *lean production*, estoque mínimo e *Kanban*.

Somado ao desenvolvimento das políticas globais, forma-se internamente e se mantém, um quadro social de extrema fragilidade (principalmente nos países em desenvolvimento). Pode-se dizer que o processo de reestruturação produtiva no Brasil começa no final da década de 1970, com as crises dos padrões de desenvolvimento baseado na industrialização que ficou conhecido pela política de “substituição das importações”. Porém, pode-se considerar que foi nos anos de 1990 que a reorganização das forças produtivas alcançou maiores demissões. Outros importantes aspectos que marcam este período são; abertura comercial e financeira, desenvolvimento de políticas neoliberais (governo Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso) e a necessidade de reestruturar o sistema produtivo com o intuito de competir no mercado internacional.

Tais prerrogativas levaram as grandes indústrias, empresas e companhias em busca de novas formas de produção e organização do trabalho, representadas por um caráter sistêmico, ampliando todos os setores de atividades econômicas; como a indústria, comércio, e serviços. Esse processo teve consequências significantes para o mercado de trabalho, como a redução da indústria pesada e também a redução dos trabalhos formais assalariados e com isso houve o aumento do desemprego, a precarização das condições e relações de trabalho e o aumento de trabalho informal e temporário.

Cabe ressaltar, e esse é nosso eixo central, que o desemprego precariza não só, a vida do desempregado e de sua família, mas coloca ainda determinados arranjos familiares em risco. O desemprego, acentuado pela reestruturação produtiva, força uma queda do rendimento médio, dada à falta de empregos e a concorrência por qualquer tipo de trabalho, dificulta-se o acesso à renda. O que faz baixar a qualidade de vida das famílias principalmente as de classe baixa. Com o alto nível de desemprego e aprofundamento da miserabilidade nacional desenvolve-se a concorrência acirrada, prevalece assim, a luta pela sobrevivência, pela satisfação das necessidades básicas, comer, beber e morar.

Faz parte dos objetivos do presente trabalho abordar os impactos gerados pela reestruturação produtiva sobre as famílias trabalhadoras, sobretudo as famílias negras<sup>1</sup> de baixa renda, pois trabalhamos com a hipótese de que essas inovações no sistema produtivo têm impacto também sobre estas famílias, que no geral, estavam do lado de fora das fábricas e indústrias.

Para nossa investigação consideramos os desdobramentos do processo de abolição da escravidão no Brasil principalmente no que diz respeito ao desemprego e subproletarização do negro no processo pós-abolição. Investigamos assim a relação entre o processo de reestruturação produtiva e impactos nocivos sobre estas famílias (negras), pois entendemos, assim como mostra dados estatísticos oficiais brasileiros, por exemplo as PNADS, que são essas as famílias, na sua maioria, de baixa renda. Famílias essas que no geral não possuem casa própria, nem reservas financeiras e a baixa escolarização e qualificação profissional os impelem o desemprego por períodos mais longos.

---

<sup>1</sup> Entendemos a categoria de negros, assim como o IBGE e a maioria dos trabalhos na área de sociologia que estudam relações raciais no Brasil, como o total de pretos e pardos.

Acreditamos que estes são alguns dos principais motivos que fazem com que as famílias destes trabalhadores permaneçam mais tempo expostos aos riscos e a fragilização econômica decorrente do desemprego, que tem impacto direto na organização familiar.

De modo geral, a reestruturação produtiva nas grandes capitais brasileiras industrializadas, como São Paulo, foi marcada pela *lean production*, estoque mínimo e corte de postos de trabalho, que implicou em uma série sucessiva de derrotas dos direitos dos trabalhadores, tal reorganização do sistema produtivo precarizou em vários sentidos as condições das famílias trabalhadoras no país. Tal fator pode ser explicado porque com a reestruturação produtiva há um intenso corte de postos de trabalho, ou seja, aumento do desemprego e assim precarização das relações e das condições de trabalho, expansão da pobreza e aumento das desigualdades sociais. Soma-se a isso avanços das políticas neoliberais adotadas pelo governo brasileiro (Estado mínimo).

Tais políticas no Brasil, como citado anteriormente, são acentuadas a partir da década de 1990 com os governos Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso. Em resumo, o Estado passa a dividir seus encargos com a iniciativa privada e a sociedade civil, favorecendo as grandes empresas e investidores e, por outro lado, precariza as condições de vida dos trabalhadores e de suas famílias, elevando o nível de espoliação vigente, pois implementa legalmente a flexibilização das leis de trabalho.

“[a] lei do contrato de trabalho aprovada em 1998 (F.H.C.), permite a institucionalização do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil. Permite, por exemplo, às empresas, instaurar contratos de trabalho em que o percentual de recolhimento de FGTS cai de 8% para 2%, sem aviso prévio, sem a multa de 40% sobre o FGTS e sem a estabilidade provisória em virtude de gravidez e exercício de mandato sindical. As horas extras poderão ser compensadas em prazo de até um ano, quando a legislação trabalhista atual estabelecia o limite de uma semana”.<sup>2</sup>

Consideramos que relações de trabalho precárias precarizam também a formas de vida, já que grande parte da população passa a viver de empregos do tipo informal, bicos e subempregos, como na construção civil, vendedores e ambulantes. Tais modificações no mundo do trabalho têm efeito direto sobre as organizações familiares dos trabalhadores, que modificam sua organização de acordo com a nova dinâmica da empregabilidade, visando a inserção entre a população com renda, são os chamados arranjos familiares de inserção.

**Metodologia:** Nossa discussão é desenvolvida, sob as luzes da sociologia do trabalho e dos teóricos de referência nesta área de investigação no Brasil, como Ricardo Antunes, Giovanni Alves, também Lília Montali, Cyntia Sarti, entre outros, que discutem a reestruturação produtiva e relações familiares no contexto do neoliberalismo. Ao analisar o nosso material empírico, procuramos debater também com uma bibliografia especializada sobre relações raciais no Brasil, debate este que fazemos não apenas as obras clássicas de autores ligados à chamada Escola Paulista Brasileira (Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado entre outro), mas recorreremos também às reflexões e propostas teóricas de uma “nova geração” de pesquisadores que seguem as orientações básicas dos Estudos das Relações Raciais. (Carlos Hasenbalg e Antonio Sérgio Guimarães, por exemplo), utilizaremos também dados das instituições de pesquisa brasileiras como CEBRAP, IPEA, CEERT e dados oficiais brasileiros disponíveis, tais como aqueles do IBGE e PNAD.

**Resultados:** A reestruturação produtiva força as famílias trabalhadoras a rearranjos familiares visando à inserção no mercado de trabalho. Porém nem sempre esses objetivos são atingidos. O que expõe cotidianamente as famílias de baixa renda a riscos de desmembramento. O desemprego duradouro e subemprego, aos quais as famílias passaram mais frequentemente a ficarem expostas a partir da década de 1990, acabam por impulsionar também novas formas de organização familiar.

Os impactos da reestruturação produtiva, desemprego e maior competitividade no mercado de trabalho, são significativamente diferentes para as famílias ricas e para famílias pobres, para as famílias brancas e famílias negras. Vale ressaltar ainda, que a não separação entre o contingente branco e negro em estudos sobre o desemprego tende a encobrir a desigualdade social-racial e ainda contribui

---

<sup>2</sup> ALVES, Giovanni. O novo (e precário) Mundo do Trabalho, São Paulo, Boitempo, 2000, pg.246.

implicitamente para desviar o enfoque da necessidade de políticas focadas para a possível superação de seus efeitos.

Observamos que se faz necessário despender esforços a fim de contribuir com o processo de desmistificação das relações sociais, principalmente no caso do desemprego negro no Brasil, país este que tem os índices de desigualdade mais elevados no mundo. O exame minucioso das condições das famílias desempregadas no país deverá colaborar para ampliarmos a contribuição com um conhecimento crítico a respeito das condições sociais e de trabalho no Brasil, as quais a população negra está submetida e poderá ajudar ainda a pensarmos perspectivas que visem à elaboração de políticas públicas eficazes de combate a esta situação discriminatória.

Lembremos que o desemprego atinge não apenas o desempregado, mas sim toda a rede de relações a qual partilha, principalmente sua família, pois consideramos o núcleo mais importante das relações que os sujeitos partilham na sociedade. Consideramos que as dificuldades financeiras para um pai-de-família negro manter uma família, a partir da década de noventa tornam-se cada vez maiores. Os empregos com menores remunerações, subempregos e bicos não permitem ao chefe da casa, homem provedor manter sozinho o sustento do lar, pois a qualidade dos trabalhos e remunerações continuam a diminuir.

**Conclusões preliminares:** O desemprego duradouro e subemprego, aos quais as famílias passaram mais freqüentemente a ficarem expostas a partir da década de 1990, acabam por determinar novas formas de organização familiar, essas condições são completamente diferentes para as famílias ricas e para família pobres, para as famílias brancas e famílias negras, a não separação entre o contingente populacional negro e brancos, em estudos sobre o desemprego, tende a encobrir a desigualdade social-racial e ainda contribui implicitamente para desviar o enfoque da necessidade de políticas focadas para superar seus efeitos.

Tal problemática faz-nos refletir que se faz necessário despender esforços a fim de contribuir com o processo de desmistificação das relações sociais, principalmente no caso do desemprego negro no Brasil, país este que tem os índices de desigualdade mais elevados no mundo.

Observamos que são poucos os estudos no país que procuram conhecer os impactos das organizações das atividades produtivas que afetam a relação família-trabalho e os arranjos familiares das famílias trabalhadoras, e quando se fala das famílias negras de baixa renda, tais estudos se tornam mais raros ainda. Fato este que nos faz ressaltar a importância do estudo o qual nos propomos.

As relações entre os familiares se transformam de acordo com as suas condições reais de existência. São as condições postas que vão definir a relação família-trabalho. As relações entre os familiares se transformam de acordo com as suas condições reais de existência. “[a] família deve progredir na medida em que progrida a sociedade, que se modifique; como sucedeu até agora. A família é fruto do sistema social e refletirá o estado de cultura deste sistema”.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> ENGELS, Friedrich. *A origem da família, Da propriedade privada e da Estado*. pg 91, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

### **Referências bibliográficas:**

- ALVES, Giovanni. *O Novo (e precário) Mundo do Trabalho*. São Paulo Boitempo, 2000.
- ALVES, Giovanni. *Trabalho e Mundialização do Capital*. Londrina: Práxis, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*, Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant. (org), *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: EDUC; Editora da PUC-SP, 2000.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, Da propriedade privada e da Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes (vol.I e II)*. São Paulo: Ática, 1978.
- FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Lia, 1970.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*, São Paulo: Editora 34, 2002.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*, São Paulo: Edições 34, 1999.
- HASENBALG, Carlos A. *Discriminações e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Hucitec, 1988a.
- IANNI, Octavio. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1988b.
- LAVINAS, Lena., NICOLL, Marcelo., *Atividade e vulnerabilidade: Quais os Arranjos Familiares em Risco?In: DADOS, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.49, nº1, 2006.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *A família, in: Homem, cultura e sociedade*, Rio de Janeiro : Lisboa : Fundo de Cultura, 1966.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Novos parâmetros para a reorganização da política social brasileira*. Brasília: IPEA/DF, 1993.
- MYRDAL, Gunnar, *Asian Drama: An Inquiry into the Poverty of Nations* Myrdal, New York, Pantheon Books, 1968.
- MONTALI, Lilia. *Família e trabalho na Reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração nas condições de vida. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais- nº42. fevereiro. ANPOCS.*
- \_\_\_\_\_. *Rearranjos Familiares de Inserção, Precarização do Trabalho e Empobrecimento*. XIV Encontro Nacional ABEP, Caxambu - MG - Brasil, Setembro de 2004.
- \_\_\_\_\_. *Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e desemprego*. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo: v 17, n. abril-junho, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho e família sob a reestruturação Produtiva*, XI Encontro Nacional ABEP, Caxambu -MG – Brasil, 1998.
- NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- OLIVEIRA, Eunice. *Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*, São Paulo, Expressão Popular, 2004.
- SARTI, Cyntia A. “*A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*”. São Paulo; Campinas, Editora autores associados, 1996.
- SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego*, São Paulo, Contexto, 1998.

---

<sup>i</sup> Bolsa BAAE, vigência 2006/2007